

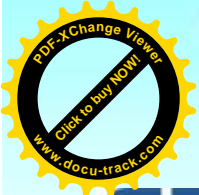
ILMO. SR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

REQUER LIMINAR PARA REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ASSUNTO: PROCESSO VULTUOSO QUE AFRONTA OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LICITAÇÃO PÚBLICA.

CONSERVADORA E ADMINISTRADORA GARCIA SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ 14.278.736/0001-30, por meio de seu representante legal infra assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento no art. 301, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, apresentar **DENÚNCIA com PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR** em face da **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, com sede Rua Comendador José Garcia, nº 774 – Centro – CEP: 37.550-000 – Pouso Alegre / Minas Gerais – CNPJ nº 20.362.307/0001-40, o que faz com base nos argumentos de fato fundamentos de direito a seguir expostos.

1. Em 11/05/2021 ocorreu a sessão do Pregão Presencial nº 05/2021, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE FORMA CONTÍNUA E/OU EVENTUAL, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.
2. O valor estimado para a contratação era de **R\$ 331.086.501,49 (trezentos e trinta e um milhões, oitenta e seis mil quinhentos e um reais e quarenta e nove centavos)**.
3. A licitante interessada protocolou impugnação no prazo aventado pela lei (2 dias úteis antes da sessão de entrega dos envelopes), uma vez que o Edital trazia consigo exigências que frustravam a competitividade e a isonomia no certame.
4. O instrumento convocatório requeria que os licitantes apresentassem, para comprovação de qualificação técnica:



9.4.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consiste em:

9.4.2.1. Certidão de registro/inscrição do licitante junto ao Conselho Regional de Administração (CRA), nos termos do inciso I, artigo 30 da Lei 8.666/93.

9.4.2.2. Indicação de Responsável Técnico acompanhado da certidão de inscrição no Conselho Regional de Administração.

a.1) O vínculo existente entre o profissional indicado e a empresa licitante se dará por meio de cópia do contrato de trabalho do profissional, ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade ou, ainda, através do contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado no cartório competente e/ou na entidade profissional competente.



a.2.) Registro no serviço especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMET, conforme exigência do Ministério do Trabalho, Portaria 3.214/78, alterada pela Portaria 33/83, NR-4-item 4.17;



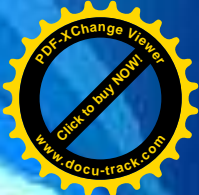
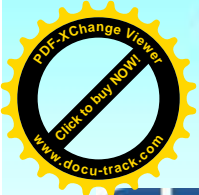
e) Comissão interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) devidamente registrada;

9.4.2.3. Para segurança da contratação, nos termos da legislação vigente, deverá ser comprovada aptidão e experiência mínima e anterior através da seguinte documentação:

9.4.2.3. Para segurança da contratação, nos termos da legislação vigente, deverá ser comprovada aptidão e experiência mínima e anterior através da seguinte documentação:

9.4.2.3.1. Atestado(s) de capacidade técnica em nome do licitante, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, Conselho Regional de Administração (CRA), atestando que o licitante executou de forma efetiva serviços semelhantes ao objeto licitado, no quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total dos cargos constantes no termo de referência, por período não inferior a 3 (três) anos (TCU – Acórdão 1214/2013 – Plenário), devendo constar, obrigatoriamente, endereço, telefone e identificação do responsável pela emissão para possíveis diligências, caso necessário.

5. Flagrantemente, as exigências não encontram amparo legal. O mérito da impugnação - inteiro teor anexo – versava sobre as exigência excessivas e os pedidos de impugnação foram os seguintes:



4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se o recebimento da petição e o acolhimento da presente IMPUGNAÇÃO, objetivando-se:

a) Exclusão da exigência indevida de registro no Conselho Regional de Administração – CRA, previsto no subitem 9.4.2.1. do Edital.

b) Exclusão da exigência indevida de apresentar atestado de capacidade técnica **registrado no Conselho Regional de Administração – CRA**, previsto no subitem 9.4.2.3.1. do Edital.

c) Exclusão da exigência indevida de apresentar Registro no serviço especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMET, conforme exigência do Ministério do Trabalho, Portaria 3.214/78, alterada pela Portaria 33/83, NR-4-item 4.17, previsto no subitem 9.4.2.2. a.2 do Edital.

d) Exclusão da exigência indevida de apresentar Comissão interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) devidamente registrada, previsto no subitem 9.4.2.2. e do Edital.

6. Conforme se verifica dos termos da impugnação, as exigências foram desproporcionais e descabidas.
7. O processo ocorreu também sem observância ao princípio da publicidade, uma vez que a ata e demais documentos da sessão não foram disponibilizados no site da Associação.
8. Antes ao exposto, requer:
 - a. Liminar com o fim de REVOGAR o referido pregão; para que a Comissão republique o Edital com observância aos princípios constitucionais da legalidade, da objetividade, da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da publicidade.
 - b. Que esta corte analise a conduta técnica da Comissão, tanto pelas exigências ilegais do edital quanto à resposta às impugnações, tudo conforme fundamentação reproduzida na impugnação anexa.

Pede deferimento,

Bruno Oliveira de Andrade
Sócio Titular – RG 13.805.142 SSP MG